

Boa pontaria

ALGUÉM já disse — e acertou na mosca — que o problema do Brasil é muito menos de pobreza do que de desperdício. É o que se aplica a quase todas as áreas; mas será difícil bater o recorde da educação: desperdício com a máquina burocrática, com os livros que existem e não são usados, com as vagas que existem e não são aproveitadas.

UM estudo recente do Ministério da Educação quantifica esse último aspecto: entre 1981 e 1988, do total de matrículas oferecidas pelo poder público para o ensino fundamental, 67,7% foram desperdiçados em todo o país — 45,7% por evasão e 20,2% por repetência, o que significa que somente 32,2% das matrículas foram efetivamente aproveitadas.

É UMA tese defendida pelo professor Sérgio Costa Ribeiro: fala-se demais na quantidade das vagas, e de menos na qualidade do ensino. "Os alunos evadidos frequentam a escola durante 6,3 anos, em média, antes de desistirem definitivamente," diz o professor. Ao irem embora, desperdiçam praticamente a metade do que aprenderam, que não se transformou em conhecimento consolidado.

ISSO deveria dar um limite aos projetos megalômanos de educação que nos são servidos diariamente, como sendo a política de redenção do estudante pobre. A verdade é que existe um colossal aparelho educativo já instalado; apenas, ele funciona muito mal, pela simplicidade

razão de que não se procura saber como é que ele funciona.

NOVIDADES a esse respeito parecem estar vindo de São Paulo — e pelas duas pontas do sistema. Pelo lado "de cima", anote-se o esforço de reformulação da USP (que já é a melhor universidade brasileira), e que anuncia explicitamente estar procurando passar-se a limpo.

NOVAS práticas gerenciais ali aplicadas fizeram a universidade fechar o ano passado com mil funcionários a menos. Alguém dirá que, com isto, a USP contribuiu para aumentar a taxa de desemprego em São Paulo. A idéia de que a universidade é um cabide de empregos, entretanto, transformou, como se sabe, a nossa UFRJ num mastodonte, onde todos os recursos se esvaem na folha de pagamentos. Que universidade, nesse contexto, poderá prestar o tipo de serviço que justifica a sua existência?

PELO mesmo princípio de controle das despesas, o reitor da USP, Roberto Lobo e Silva, anuncia ter economizado, no ano passado, Cr\$ 17 bilhões, que foram aplicados em apoio ao ensino e à pesquisa. Anote-se, nessa linha de raciocínio, o processo de avaliação pedagógica que a universidade acaba de iniciar, e que estará concluído até o final de 1993, abrangendo 204 departamentos. "Encerrada a etapa de auto-avaliação," explica o reitor, "serão chamados consultores externos, até mesmo estrangeiros, para a medição final do nosso desempenho."

É COISA que não se costuma ver e nem mencionar no Brasil; mas é prática corriqueira no mundo desenvolvido; e é a única maneira de a universidade justificar o alto investimento que ela representa.

NA outra ponta do sistema, a Secretaria de Educação paulista acaba de inaugurar um centro de capacitação de professores que deverá formar 15 mil profissionais no segundo trimestre deste ano, e um total de 60 mil em 1992. O Governo Fleury está trabalhando com um projeto de escolas-padrão que pretende atingir, este ano, 300 escolas, depois mil, em 1993, até abranger todo o sistema. A capacitação dos professores, nesse projeto, tem mais importância do que a imponente física das escolas.

É POR aí que se combate o mais cruel dos desperdícios — o que vem da repetência e da evasão. O Governo paulista também está adotando um processo revolucionário, recomendado por alguns especialistas no assunto: contratos de gestão assinados pela Secretaria de Educação com cada escola. A escola estabelece as metas anuais que pretende atingir; a Secretaria repassa para a caixa de custeio os recursos necessários; em seguida, procede-se a avaliações permanentes do desempenho da escola.

PODE-SE imaginar o que isto representa em eliminação de burocracia, em senso de responsabilidade atribuído a cada escola e, sobretudo, na eliminação de fantásticos desvios de recursos.